

Mariana Candini Bastos

TELETRABALHO, SUBORDINAÇÃO E SEUS REFLEXOS

**Uma Análise Comparada
entre Brasil e Portugal**

Curitiba
Juruá Editora
2017

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS	21
LISTA DE SIGLAS	23
INTRODUÇÃO	25
1 – EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS MEIOS DE PRODUÇÃO E DO DIREITO DO TRABALHO	29
1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	29
1.2 DA ANTIGUIDADE À IDADE MÉDIA: DIREITO ROMANO	30
1.3 IDADE MÉDIA: DO FEUDALISMO AO MERCANTILISMO	31
1.4 IDADE MODERNA	34
1.5 IDADE CONTEMPORÂNEA	38
2 – O CONTRATO DE TRABALHO E SEUS PRESSUPOSTOS NO DIREITO PORTUGUÊS E NO DIREITO BRASILEIRO	47
2.1 PRESSUPOSTOS OU ELEMENTOS FÁTICO-JURÍDICOS DO CONTRATO DE TRABALHO	47
2.2 O CONTRATO DE TRABALHO NO DIREITO PORTUGUÊS	49
2.2.1 Os Conceitos de Contrato de Trabalho Extraídos do Código Civil e do Código do Trabalho	49
2.2.2 Elementos do Contrato de Trabalho	51
2.2.2.1 Contrato prestado por pessoa singular	51
2.2.2.2 A retribuição	56
2.2.2.3 Subordinação	57
2.2.3 A Presunção do Contrato de Trabalho	59
2.3 O CONTRATO DE TRABALHO NO BRASIL	61

2.3.1	A Diferenciação entre Relação de Trabalho e Relação de Emprego no Ordenamento Jurídico Brasileiro	61
2.3.2	Pressupostos da Relação de Emprego.....	62
2.3.2.1	Trabalho prestado por pessoa natural	63
2.3.2.2	Pessoalidade	63
2.3.2.3	Não eventualidade.....	65
2.3.2.4	Onerosidade.....	67
2.3.2.5	Subordinação	67
3 –	O TELETRABALHO.....	71
3.1	NOÇÕES CONCEITUAIS.....	71
3.2	BREVE ANÁLISE HISTÓRICA DO TELETRABALHO	74
3.3	VANTAGENS E DESVANTAGENS DO TELETRABALHO	78
4 –	BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O TELETRABALHO NO DIREITO DA UNIÃO EUROPEIA	81
4.1	A POLÍTICA DO “DIÁLOGO SOCIAL”.....	81
4.2	O ACORDO-QUADRO EUROPEU SOBRE TELETRABALHO	84
4.2.1	Considerações Iniciais	84
4.2.2	Definição de Teletrabalho.....	86
4.2.3	Caráter Voluntário.....	87
4.2.4	Condições de Trabalho	88
4.2.5	Proteção de Dados.....	89
4.2.6	Privacidade do Teletrabalhador.....	89
4.2.7	Equipamento	90
4.2.8	Segurança e Saúde.....	90
4.2.9	Organização do Trabalho.....	91
4.2.10	Treinamento.....	92
4.2.11	Direitos Coletivos.....	92
4.2.12	Implementação.....	93
5 –	A DISCIPLINA JURÍDICA DO TELETRABALHO NO DIREITO PORTUGUÊS	95
5.1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	95
5.2	A REGULAMENTAÇÃO DO TELETRABALHO NO CÓDIGO DO TRABALHO	96
5.2.1	Noção e Regime de Contrato de Teletrabalho.....	97
5.2.2	Instrumentos de Trabalho	101

5.2.3	Igualdade de Tratamento	103
5.2.4	Privacidade	105
5.2.5	Participação e Representação Coletiva	109
6 –	DISCIPLINA JURÍDICA DO TELETRABALHO NO DIREITO BRASILEIRO	111
6.1	NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	111
6.2	PROJETO DE LEI 4.505/2008.....	111
6.3	A LEI 12.551/2011 E A ALTERAÇÃO PROMOVIDA NO ART. 6º, DA CLT	115
6.4	A SÚMULA 428 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	117
7 –	O TELETRABALHO E A QUESTÃO DA SUBORDINAÇÃO	125
7.1	ASPECTOS PROBLEMÁTICOS NO TELETRABALHO	125
7.2	A QUESTÃO DA SUBORDINAÇÃO	125
7.2.1	Subordinação Objetiva	128
7.2.1.1	Subordinação estrutural.....	130
7.2.1.2	Subordinação integrativa	133
7.2.2	Parassubordinação.....	136
7.3	A SUBORDINAÇÃO NO TELETRABALHO	144
	CONCLUSÃO.....	147
	REFERÊNCIAS.....	155
	ÍNDICE ALFABÉTICO	163